



Operação da PF no Senado será questionada no Supremo

Busca e apreensão foi feita no gabinete do senador Fernando Bezerra Coelho, que informou ter colocado o cargo de líder do governo à disposição do presidente Bolsonaro

A Mesa do Senado vai questionar no Supremo a operação da Polícia Federal que cumpriu mandados de busca e apreensão no gabinete do senador Fernando Bezerra Coelho, disse o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que também divulgou nota à imprensa sobre o assunto.

De acordo com Davi, a Operação Desintegração, da PF, investiga acontecimentos ocorridos entre 2012 e 2014, quando Bezerra não era senador nem líder do governo.

Além disso, segundo ele, a ação não teve concordância da Procuradoria-Geral da República. **3**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Ontem, quando participou do evento E agora, Brasil?, Davi Alcolumbre anunciou o questionamento que a Mesa do Senado fará ao Supremo Tribunal Federal



Marcos Oliveira/Agência Senado

Simone Tebet, presidente da CCJ, marcou a votação do parecer de Tasso

Relatório sobre emendas à PEC da Previdência será votado terça

O relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati, apresentou ontem parecer sobre as 77 emendas apresentadas em Plenário à PEC paralela. A presidente da

Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, marcou a votação do texto para terça-feira. A previsão é de que a proposta vá a Plenário no mesmo dia. **4**

Povos tradicionais defendem em debate política pública ambiental

O direito à terra e a políticas públicas foi defendido por representantes dos povos tradicionais na Comissão de Meio Ambiente. O presidente do colegiado, Fabiano Contarato,

afirmou que as áreas protegidas do Brasil, geridas pelos povos que nelas vivem, servem como barreiras ao avanço do desmatamento, muitas vezes não respeitadas. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente da comissão, Contarato fala em audiência com povos tradicionais



Pedro França/Agência Senado

Segundo Osmar Terra, a ação precisará de R\$ 1,9 bi em 2020

Ministro quer mais recursos para Programa Criança Feliz

Osmar Terra participou de audiência na Comissão de Orçamento e informou que os R\$ 517 milhões previstos para 2020 não serão suficientes. **4**

Guardas e vigilantes pedem aposentadoria especial

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, representantes de guardas municipais, agentes de trânsito

e vigilantes privados reivindicaram regras especiais de aposentadoria, como as concedidas aos policiais na

reforma da Previdência. Eles explicaram os riscos das atividades e a dificuldade de manter o emprego após os 50 anos. **4**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Representantes das categorias foram ouvidos na Comissão de Direitos Humanos em debate conduzido por Paulo Paim (C)

Indonésia e Colômbia devem ter novos embaixadores

As embaixadas brasileiras na Colômbia e na Indonésia devem ter novos titulares. Luis Antonio Balduino e José Amir Dornelles foram sabatinados ontem na Comissão de Relações Exteriores e os nomes foram encaminhados para o Plenário. **2**

Davi diz que é preciso respeitar a Câmara sobre minirreforma

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que as mudanças feitas pelos deputados no projeto que altera regras eleitorais devem ser respeitadas e que isso faz parte do sistema bicameral. O Movimento Muda Senado vai recorrer à Justiça contra a Câmara. **2**

Jane de Araújo/Agência Senado



Grupo suprapartidário Muda Senado, Muda Brasil criticou a forma como o texto foi aprovado pela Câmara

Decisão da Câmara deve ser respeitada, afirma Davi

O presidente do Senado falou ontem sobre as polêmicas mudanças que os deputados fizeram na minirreforma eleitoral aprovada pelos senadores. Vários partidos disseram que irão à Justiça

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que no sistema bicameral é preciso respeitar as decisões da outra Casa. Ele se referia à votação do projeto que altera regras eleitorais (PL 5.029/2019, antigo PL 11.021/2018), aprovado na quarta-feira pela Câmara.

— Quando a Câmara fez as operações, fez com legitimidade, porque é o sistema que vivemos. Então a gente respeita a votação de todos os deputados da Câmara sempre, e a Câmara deve respeito à votação do Senado — afirmou Davi, ao participar do evento E Agora, Brasil?, debate promovido pelos jornais *O Globo* e *Valor Econômico* e pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Ele garantiu que o Senado fez o acordo que era possível para que a proposta fosse votada, e negou que tenha havido combinação entre as duas Casas. Davi disse que pautou o texto com “um pouco de pressa”, preocupado em garantir o financiamento das campanhas municipais de 2020.

— Desde o primeiro momento eu falei que achava fundamental criarmos uma alternativa segura para os candidatos a prefeito de 5.570 municípios.

Ontem os senadores do movimento Muda Senado, Muda Brasil divulgaram nota criticando a forma como o PL foi aprovado na Câmara. Os partidos Rede, Podemos e

Cidadania vão questionar na Justiça a constitucionalidade do processo. Pretendem apenas aguardar a sanção, ou veto, do presidente Jair Bolsonaro. Para eles, como o Senado rejeitou o projeto original da Câmara e aprovou um substitutivo, os deputados só poderiam rejeitar o substitutivo ou restaurar o projeto original.

— Tratar em separado dos temas, como se fossem emendas supressivas aprovadas pelos senadores, é uma absurda ofensa ao Senado, à democracia e à sociedade, que acompanha atônita a destruição da já combatida credibilidade da política como meio adequado para resolução de conflitos — afirmou o líder do Podemos, Alvaro Dias (PR).

Indicações para Colômbia e Indonésia vão a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, após sabatina, as indicações de Luis Antonio Balduino Carneiro para embaixador na Colômbia e de José Amir da Costa Dornelles para o mesmo cargo na Indonésia. As duas indicações seguem para o Plenário.

Na sabatina, Carneiro disse que a solidez das relações

comerciais com a Colômbia reforça a relevância que o país vizinho adquiriu para a pauta de exportações do Brasil. Desde 2010, o país tem conseguido manter um superavit estrutural anual de cerca de US\$ 1 bilhão no intercâmbio comercial com a Colômbia, informou.

— O comércio bilateral já se aproxima de US\$ 5 bilhões. 90% do que exportamos para eles

são produtos manufaturados.

Já Dornelles sustentou que o Brasil precisa se integrar mais às cadeias econômicas dinâmicas do sudeste asiático, buscando aumentar as exportações e otimizar ganhos numa das regiões que mais crescem de forma consistente no mundo. Ele destacou que o PIB da Indonésia tem crescido em média 5% ao ano desde 2000.

Jane de Araújo/Agência Senado



Amir Dornelles e Luis Antonio Balduino foram sabatinados em sessão comandada por Soraya Thronicke

Alvaro questiona rejeição de nomes para o CNMP

Alvaro Dias (Podemos-PR) disse que a decisão dos senadores de rejeitar em Plenário a indicação do procurador Lauro Nogueira e do promotor de Justiça Dermeval Gomes para serem reconduzidos ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é questionável, já que nenhuma razão para desaboná-los foi apontada na sabatina pela Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o senador, o ocorrido pareceu revanche e pode ter sido uma retaliação contra a Operação Lava Jato.

Rodrigo cobra punição para cursos irregulares

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) solicitou ontem que o Ministério da Educação fiscalize mais e puna as instituições que oferecem cursos de graduação irregulares e fornecem diplomas inválidos a estudantes.

— Muitas vezes, pega-se empréstimos para pagar uma mensalidade de R\$ 300, R\$ 350, R\$ 400 [...] e isso pesa no orçamento. Pedem empréstimos, financiamentos e, quando se chega ao final, não vale de nada o papel que se tem nas mãos.

Girão pede veto presidencial a regras eleitorais

Eduardo Girão (Podemos-CE) lamentou ontem que a Câmara tenha ignorado as mudanças feitas pelo Senado no projeto de novas regras eleitorais.

Para ele, os deputados optaram por manter o texto que ameaça a transparência na prestação de contas nas eleições, contrariando a vontade popular.

— Eu espero que o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, vete o que a Câmara dos Deputados fez.

Heinze lembra Revolução Farroupilha

Luis Carlos Heinze (PP-RS) homenageou ontem a Revolução Farroupilha. O senador lembrou que a causa do conflito foi a insatisfação dos estancieiros gaúchos com os pesados impostos sobre o charque.

Heinze fez um paralelo com a situação atual, dizendo que os produtores gaúchos encaram uma carga tributária colossal, com acúmulo de tarifas, o que prejudica a competitividade do agronegócio da região e do país.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CDH Previdência
10h30 Debate sobre dados apresentados pelo governo para reforma da Previdência.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado questionará no Supremo operação da PF

Presidente Davi Alcolumbre disse que apreensão da Polícia Federal no gabinete do senador Fernando Bezerra Coelho foi drástica e desnecessária interferência no Legislativo

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a Mesa vai questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a operação da Polícia Federal que cumpriu mandados de busca e apreensão no gabinete do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo.

De acordo com Davi, a Operação Desintegração, da PF, investiga acontecimentos ocorridos entre 2012 e 2014, época em que Bezerra não era senador nem líder do governo. Segundo ele, a operação não teve concordância da Procuradoria-Geral da República

(PGR).

— O Senado Federal é uma instituição forte e respeita todas as outras e vai continuar dialogando e conversando. Mas, dentro das minhas atribuições, vou fazer o que deve ser feito.

Na manhã de ontem, agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão no gabinete de Bezerra e também no gabinete do filho do senador, o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), na Câmara. Ambos são investigados por irregularidades em obras da transposição do Rio São Francisco no período em que Bezerra foi ministro da Integra-



Marcos Brandão/Agência Senado

Para Davi, uma medida como essa exigiria a apreciação pelo Pleno do STF

ção Nacional, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Bezerra informou que colocou o cargo de líder do governo no Senado à disposição do

presidente Jair Bolsonaro. A decisão foi comunicada ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

— Tomei a iniciativa de colo-

car à disposição o cargo de líder para que o governo possa, ao longo dos próximos dias, fazer uma avaliação se não seria o momento de proceder a uma nova escolha ou não.

O senador acrescentou que continua à disposição para prestar todos os esclarecimentos.

Em nota, a defesa de Bezerra questionou a operação. “A única justificativa do pedido seria em razão da atuação política e combativa do senador contra determinados interesses dos órgãos de persecução penal”, diz o advogado do senador, André Callegari.

Nota à imprensa

O Congresso Nacional manifesta perplexidade com a busca e apreensão na sua sede, realizada na data de hoje (19/09/2019), decretada monocraticamente pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso, a pedido de um delegado da Polícia Federal, a propósito de investigar dois de seus membros.

A grave medida foi determinada contra a manifestação da PGR, que tem competência exclusiva para supervisionar e promover o arquivamento de Inquérito contra membro com prerrogativa de foro perante o STF. A drástica interferência foi adotada em momento político em que o Congresso Nacional discute a aprovação de importantes reformas e projetos para o desenvolvimento do país.

Mostra-se, desse modo, desarrazoada e desnecessária, em especial pela ausência de contemporaneidade, pois os fatos investigados ocorreram entre 2012 e 2014. Além disso, a decisão é contraditória, porque, no julgamento da Questão de Ordem na Ação Penal nº 937, o Ministro Barroso conduziu entendimento de que o STF não teria competência para processar e julgar fatos relacionados a período

anterior ao exercício do mandato. A determinação da busca e apreensão tem, ainda, o potencial de atingir o Poder Executivo, na medida em que também foi realizada no gabinete parlamentar destinado ao Líder do Governo Federal no Senado. Assim, essa medida de extrema gravidade exige a apreciação pelo Pleno do STF, e não por um único de seus membros, em atenção ao princípio da harmonia e separação dos poderes.

No Estado Democrático de Direito nenhum agente público está acima da Constituição ou das leis. O Congresso Nacional zelará pela plena observância das prerrogativas parlamentares, apresentará recurso contra a decisão e exercerá efetivamente a competência que lhe é conferida pela Constituição Federal.

Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Emissoras de TV devem divulgar dados para ajudar busca de crianças desaparecidas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem proposta que obriga a divulgação, pelas emissoras de televisão, das informações do Cadastro Nacional de Crianças

e Adolescentes Desaparecidos. A inserção seria feita nos intervalos da programação, por no mínimo um minuto, no período entre 18h e 22h.

Caso não haja recurso para o

Plenário, segue para a Câmara. O autor (PLS 44/2016), ex-senador Cristovam Buarque, destaca que o objetivo é ajudar nesta busca. A publicidade deverá ser feita por utilidade pública e incluir fotografias.

O relator na CDH, Telmário Mota (Pros-RR), emitiu parecer favorável e manteve as duas emendas aprovadas na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em 2016. Uma delas define que as campanhas publicitárias de utilidade pública para divulgação de informações de desaparecidos serão pagas pelas dotações orçamentárias já consignadas ao Executivo com esse propósito.

A comissão também apro-

vou ontem projeto de lei que garante mais atenção à criança e ao adolescente em processo de adoção. De Leila Barros (PSB-DF), o PL 1.535/2019 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar que, no período de habilitação, o adotante possa fazer uso do nome social, permitindo maior vínculo para a criança ou adolescente e o adotante.

Caso não haja recurso para o Plenário, o projeto segue direto para análise da Câmara.

Repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras precisam oferecer atendimento especializado a quem se comunica pela lin-

guagem brasileira de sinais (Libras). É o que diz o PLS 155/2017, também aprovado ontem pelo colegiado.

A proposta de Telmário Mota leva em conta que 6,2% da população possui algum tipo de deficiência, segundo o IBGE.

Outro projeto aprovado garante o acesso de pessoas com deficiência a campanhas sociais, preventivas e educativas. A proposta (PL 3.706/2019), de Nelsinho Trad (PSD-MS), visa assegurar que em campanhas como o Outubro Rosa e o Dia Mundial de Combate à Aids sejam produzidos materiais para pessoas com deficiência.

A proposta também deve seguir para a Câmara.



Telmário Mota, relator, ao lado do presidente da comissão, Paulo Paim

Ministro pede a comissão mais recursos para o Programa Criança Feliz, do governo federal

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, pediu ontem, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que os parlamentares enviem mais recursos para o Programa Criança Feliz.

O Orçamento para 2020 prevê R\$ 517 milhões para o programa de visitas domiciliares para o desenvolvimento da primeira infância.

— Nós precisamos de R\$ 1,9 bilhão, mas só temos previstos R\$ 517 milhões.

De acordo com o ministro, o objetivo do programa é oferecer uma rede de proteção e atenção em uma fase fundamental da vida humana: os

primeiros seis anos.

— Nós estamos propondo terminar 2019 com 1 milhão de famílias atendidas e, no final de 2020, 2 milhões. Até o final do governo, a gente quer chegar nos 3,2 milhões.

A deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), que integra a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, afirmou que a defesa da criança faz parte do discurso de muitas pessoas, mas pouco é realizado.

— Infelizmente eu tenho um pouco de constrangimento de falar que a razão é que criança não tem título de eleitor. Muito mais fácil defender a universidade porque os jovens

têm título de eleitor- afirmou a parlamentar.

Representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil, Claudia Vidigal disse que pesquisas comprovam que atender à primeira infância traz maior retorno social e econômico.

— Investir nos primeiros anos de vida traz retorno mais alto duradouro e eficiente do que em qualquer outro momento da vida.

O professor Naércio Menezes Filho, da Universidade de São Paulo, destacou que o Brasil errou ao investir pouco no cuidado da primeira infância no século 20.

— O Brasil se tornou uma sociedade extremamente desigual com baixa mobilidade, alta criminalidade e alto índice de pobreza. Recentemente, a gente melhorou o acesso à educação, mas não houve

efeito na produtividade. Isso parece refletir as baixas habilidades socioemocionais e de aprendizado na educação. Muito disso decorre da falta de investimento na primeira infância.



Osmar Terra fala em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento

Previdência: comissão vota relatório de emendas na terça

Simone Tebet marcou a análise do texto de Tasso na CCJ para as 10h. A previsão é que a discussão se prolongue pela tarde, mas que o texto seja entregue para debate em Plenário no mesmo dia

O RELATOR DA reforma da Previdência, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou ontem relatório com a análise das 77 emendas apresentadas em Plenário à proposta (PEC 6/2019).

Ele acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e fez correções de redação. Foi dada vista coletiva do novo relatório e a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), marcou a votação para a próxima terça-feira, às 10h. A previsão é de que a discussão se prolongue pela tarde, mas que o texto seja entregue para debate em Plenário no mesmo dia.

— Dia 24 pela manhã, discussão e votação na comissão. No período da tarde, votação. Depois, cinco dias corridos de novo prazo para alguma emenda de redação em Plenário para, na semana seguinte, começarmos a votação em segundo turno. Em 10 de outubro temos condições de entregar para o Brasil a reforma da Previdência — estimou a senadora.

Foram rejeitadas emendas relacionadas a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos. Segundo o relator, nas emendas “não se identificaram novos temas em relação ao deliberado anteriormente na CCJ e em



Relator do texto, Tasso acatou apenas uma das 77 emendas apresentadas

relação às conclusões de seu parecer anterior”.

A redação da emenda apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) durante a aprovação da PEC 6/2019 na CCJ, no início do mês, foi modificada por Tasso. Na versão anterior, havia brechas para interpretações de que um sistema especial de inclusão previdenciária deveria ser criado para atender aos trabalhadores de baixa renda e, num grupo adicional, aos informais. Pela nova redação proposta, fica claro que o sistema especial atenderá ao grupo dos trabalhadores de baixa renda, do qual os trabalhadores informais fazem parte.

Integralidade

A emenda acatada por Tasso foi apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e suprime trecho da PEC 6/2019 que prejudicaria a garantia de aposentadoria integral para o servidor que tenha ingressado na carreira antes de 2003 e cuja remuneração seja composta de vencimento e gratificação por desempenho.

Segundo a interpretação de Pacheco, um servidor com remuneração formada somente pelo vencimento ou subsídio poderá receber aposentadoria integral, com o último salário da ativa, se cumprir o requisito mínimo de cinco anos no cargo público (além dos demais, como idade e tempo de contribuição).

Já o que tem salário composto por subsídio mais gratificação de desempenho, pela versão atual da PEC, não conseguiria se aposentar com integralidade pois, para ter acesso na inatividade ao último vencimento da ativa, deveria necessariamente ter contribuído sobre esse total por, no mínimo, 35 anos no cargo efetivo, se homem, e 30 anos, se mulher. Em ambas as situações, os servidores sofrem descontos previdenciários sobre o total do seu salário (incluindo a gratificação).

Essa mudança beneficiará principalmente servidores estaduais e municipais, explicou Pacheco. Regras mais detalhadas sobre o tema serão incluídas na PEC Paralela, informou Tasso.

Guardas e vigilantes reivindicam aposentadoria diferenciada

Representantes de guardas municipais, agentes de trânsito e vigilantes privados reivindicaram regras especiais como as concedidas aos policiais na reforma da Previdência Social (PEC 6/2019). Em audiência ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles explicaram os riscos das atividades e a dificuldade de conseguir ou manter emprego nessas profissões após os 50 anos. A audiência foi presidida por Paulo Paim (PT-RS).

Cerca de um quinto dos 5.570 municípios têm guardas municipais próprias, que contam com um efetivo total entre 150 mil e 200 mil profissionais. Representantes dos guardas argumentaram que a profissão está sujeita aos mesmos riscos físicos, psicológicos e emocionais que os policiais. Sob essas condições, a idade mínima de

65 anos para a aposentadoria é “desumana”, afirmou o primeiro-secretário da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais, Rogério de Souza Júnior. Outra reivindicação é o porte de armas para os guardas municipais.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, José Boaventura, desde 2015 as mortes de profissionais de segurança privada em ações violentas contra carros-fortes cresceram 233%. Foram 25 óbitos.

O presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans Estaduais e do Distrito Federal, Eider Almeida, disse que a categoria tem um número grande de acidentes e fatalidades, apesar de ser pouco numerosa no país: 66 mil.

Paim alerta para chance de salário não ser reajustado

Paulo Paim (PT-RS) alertou ontem sobre as notícias de que o governo estuda não reajustar o salário mínimo pelo índice da inflação do ano anterior. Ele lembrou que em anos anteriores o reajuste já foi feito pela inflação do ano anterior somada à taxa de crescimento do PIB nos dois anos anteriores.

O senador alertou que caso o governo não queira nem mesmo recompor o valor pela inflação, a situação financeira ficará ainda pior.

— Eu diria que pega toda a população, porque, desde 2013, todos aposentam com o teto do Regime Geral. Se a classe média pensa que escapa desse debate, se engana.

Marcos Rogério pede plano gerencial para o Estado brasileiro

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu ontem a reforma do Estado e a revisão dos modelos gerenciais. Na opinião dele, é preciso implementar um modelo mais eficiente, transparente e superavitário.

— Precisamos discutir o nosso modelo de política, não à luz de um governo, mas sob o espectro da realidade de todo ente estatal, da estrutura pública, encorpada na União, nos estados, nos municípios e no DF, perpassando os Poderes e os órgãos, inclusive os de controle externo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comunidades pedem política pública ambiental

Representantes dos povos tradicionais defenderam ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o direito à terra e a políticas públicas. O presidente do colegiado, Fabiano Contarato (Rede-ES), afirmou que as áreas protegidas do Brasil, geridas pelos povos que nelas vivem, servem como barreiras ao avanço do desmatamento, muitas vezes não são respeitadas.

— Ao invés de reconhecimento, vemos violência —

disse o senador.

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou que o trabalho das comunidades tradicionais é extraordinário, e Jayme Campos (DEM-MT) lembrou problemas que ocorrem nas áreas protegidas, como extração ilegal de madeira, assassinatos e a tentativa de responsabilizar as comunidades tradicionais por incêndios.

Conforme a representante da Reserva de Desenvolvimento

Sustentável Nascentes, em Minas Gerais, Lúcia Agostinho, o movimento “geraizeiro” defende os territórios protegidos, pois não considera o valor econômico da terra, mas o da biodiversidade. Falando pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Edilena Torino afirmou que os índios estão limitados a um pequeno espaço, rodeados de grandes latifúndios, e constantemente sofrem invasões.

Educação é progresso e deve ser prioridade, defende Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu ontem a valorização da educação.

De acordo com o senador, ela deve ser priorizada e ofertada com qualidade para toda a sociedade. Segundo ele, é por meio de investimentos em educação que as nações ricas têm se desenvolvido.

— A educação como vetor de progresso, ou seja, entendida como um vetor transformador do conhecimento, para que o país mude na realidade. Para isso, precisa ser mais valorizada no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ninguém aguenta mais pagar tantos impostos, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) ressaltou ontem que, depois de muitos debates e diversas tentativas fracassadas, finalmente houve consenso em torno da aprovação de uma ampla reforma tributária, mas ressaltou que não será fácil. Para o senador, ninguém aguenta mais pagar tantos impostos.

— Temos que reduzir os tributos e vemos alguns falando em aumentar. O governo pretende acabar apenas com os tributos federais. Ele quer acabar com IPI, PIS e Cofins e parte do IOF. Não mexe no ICMS e no ISS.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Representante da Fundação Pró-Natureza, Pedro Bruzzi fala em audiência pública dirigida por Contarato (C)